



AO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023

Assunto: **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**

Referência: **Processo Administrativo nº 08211.002309/2022-84
(UASG 200334)**

Por e-mail: secom.cgad.dlog@pf.gov.br

JOSÉ LUIZ BOANOVA FILHO, portador do CPF 049.122.7448-52 e da OAB/DF 43.605, vem respeitosamente à presença de V.Sa. para, com fundamento no item 24.1. do edital do Pregão Eletrônico Nº 13/2023, apresentar

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

aos termos do referido instrumento convocatório, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Estabelece o edital do Pregão Eletrônico nº 13/2023, em seu item 24.1:

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

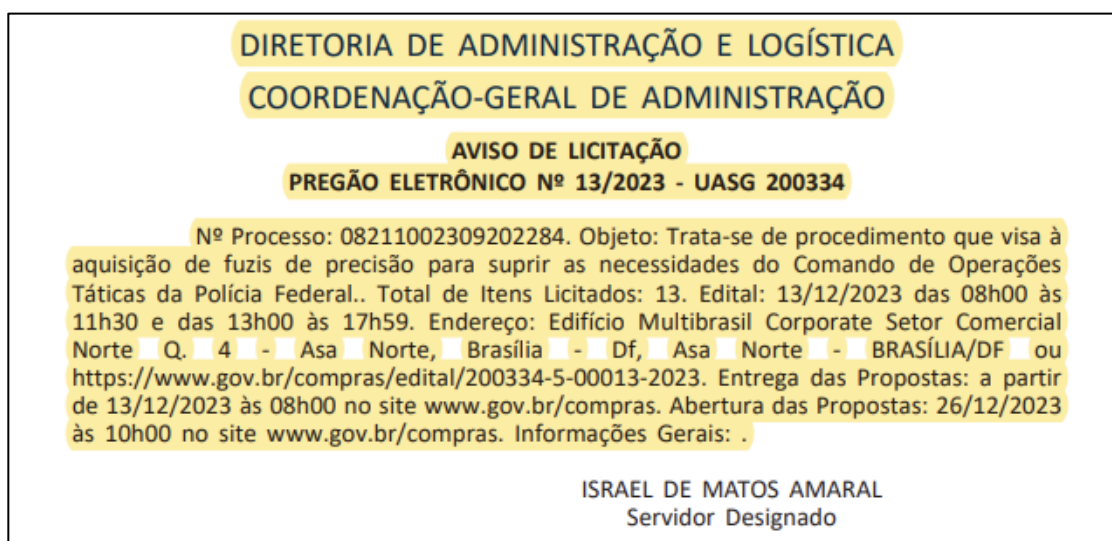
Estabelece ainda o preâmbulo do instrumento convocatório, que a data da sessão inaugural é dia 26/12/2023, pelo que, verifica-se tempestivo o presente pedido.



2. DO ILEGAL PRAZO ENTRE A PUBLICAÇÃO DO EDITAL E SUA SESSÃO INAUGURAL.

O prazo entre a publicação do edital e sua sessão inaugural não respeitam o prazo mínimo determinado em Lei.

Consta no sítio Comprasnet que o edital do Pregão Eletrônico Nº 13/2023 foi publicado na data de 13/12/2023, bem como verifica-se que a publicação do extrato do edital deu-se no Diário Oficial da União Nº 236, também do dia 13/12/2024, como comprova a imagem abaixo:



Entretanto, constata-se que a publicação do edital no sítio oficial do órgão promotor da licitação (o DPF, através de sua DLOG), **deu-se apenas no dia 14/12/2023**, como se verifica:



O que você procura?

[Home](#) > [Assuntos](#) > [Licitações e Contratos](#) > [2023](#) > [Diretoria de Administração e Logística Policial - DLOG](#) > [Pregão Eletrônico](#) > [PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 13/2023 - \(UASG - 200334\)](#)

PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 13/2023 - (UASG - 200334)

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de sistemas de armas e acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência. Processo: 08211.002309/2022-84. Abertura em 26/12/2023 às 10h, Brasília/DF. Licitação aberta. Contato secom.cgad.dlog@pf.gov.br. Para obter o edital e anexos na íntegra, acessar http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp e preencher os campos "Número da Licitação", marcar o campo "modalidades", ir até a caixa "Cód. UASG (Unid. de Compra)>selecionar> incluir a UASG 200334 (Coordenação de Administração) e clicar em "OK". UASG (Unid. de Compra)>selecionar> incluir a UASG 200334 (Coordenação de Administração) e clicar em "OK".

Publicado em 14/12/2023 11h02

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [e](#)

Edital e Anexos — última modificação 14/12/2023 11h02

(disponível em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2023/diretoria-de-administracao-e-logistica-policia-dlog/pregao-eletronico/pregao-eletronico-srp-no-13-2023-uasg-200334>)

A publicação da íntegra do edital no sítio oficial do órgão promotor da licitação é compulsória, por força do art. 20 Decreto Nº 10.024/2019, a saber:

Publicação

Art. 20. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação.

Edital

Art. 21. Os órgãos ou as entidades integrantes do Sisg e aqueles que aderirem ao Sistema Compras do Governo federal disponibilizarão a íntegra do edital no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e no sítio eletrônico do órgão ou da entidade promotora do pregão.

Sendo compulsória a publicação da íntegra do edital no sítio eletrônico do órgão licitante e tendo tal publicação ocorrida apenas no dia 14/12/2023, é certo que a



contagem do lapso temporal entre a publicação do edital e a data de realização de sua sessão inaugural tem como termo inicial essa data de 14/12/2023.

E tal decorre diretamente do que estabelece o §3º do art. 21 da Lei 8.666/93:

Art. 21, § 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

Dessa forma, contados os dias úteis a partir desse dia 14/12/2023, até a data da sessão inaugural, no dia 26/12/2023, e considerando-se o feriado nacional do dia 25/12/2023 (Natal), **tem-se apenas em tão somente um lapso temporal de 06 (seis) dias úteis, inferior portanto ao prazo de 08 (oito) dias úteis estabelecido pela Lei nº 10.520/2002, em seu art. 4º, inciso V, a saber:**

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

...

V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;

Ainda que, por absurdo, se ignorasse a forma do cômputo do lapso temporal entre a data da publicação do edital, no sítio oficial do órgão, e de sua sessão inaugural, determinado pelo §3º do art. 21 da Lei 8.666/93, mesmo assim o prazo seria inferior ao estabelecido, já que o lapso temporal seria então de apenas 07 (sete) dias úteis e o pregão estaria designado para a manhã do 8º dia útil seguinte à publicação (no DOU e sítio compras.gov.br, em 13/12/2023), em afronta a determinação legal contida no inciso V do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e em prejuízo do prazo mínimo que a lei confere aos licitantes para a adequada formulação de suas propostas.

Vasta e pacífica a jurisprudência do TCU nesse sentido, com destaque para o Acórdão Nº 5838/2010 - TCU - 2ª Câmara:

“1.5.1.3 inobservância do prazo mínimo de oito dias úteis previstos no art. 4º, V, da Lei 10.520/2002, devendo-se observar que **a abertura da sessão pública não pode ocorrer no oitavo dia útil seguinte à publicação do aviso, por ainda não estar expirado o prazo conferido aos licitantes para elaboração de suas propostas;”**

Sobre o tema, observa Marçal Justen Filho (Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 5ª ed., p. 148):

“infringirá a lei a designação do pregão para o oitavo dia útil seguinte à publicação. Deve haver oito dias úteis entre a data da publicação do aviso e a data do pregão”.

Ou seja, a contagem do prazo não deve ser peremptória e assim, a data de abertura do pregão não deve estar incluída no dia do término do prazo estabelecido. O prazo entre a publicação do aviso e a sessão de abertura é destinado à ausência da sessão de recebimento das propostas.

Comprova-se, dessa forma, que a Administração não observou o Princípio da Legalidade, ao fixar prazo inferior a 08 dias úteis entre a publicação do edital e a realização da sessão inaugural, afrontando assim, aos princípios da Razoabilidade e Competitividade, por certo restringindo o necessário caráter competitivo do pregão e inobservando o Princípio da Isonomia entre as empresas participantes do certame licitatório.

Tem-se, pois, caracterizada a nulidade do certame em questão.

3. DO PRAZO INSUFICIENTE ENTRE A PUBLICAÇÃO DO EDITAL E SUA SESSÃO INAUGURAL.

Considerando a complexidade, valores envolvidos e dimensão do certame publicado, o prazo entre a publicação do edital e sua sessão inaugural são insuficientes para permitir a participação ampla de empresas interessadas.

Verifica-se que o instrumento convocatório tem, em sua totalidade, 220 páginas, distribuídas em 13 documentos!

Ora, perceptível a impossibilidade de que as empresas interessadas em participar do certame, possam analisar essas mais de 220 páginas de documentos - muitos deles técnicos - em prazo tão exíguo.

O que se dirá então a respeito das empresas estrangeiras, que para a análise de sua participação ainda necessitarão traduzir todos esses documentos?

A E. Corte de Contas já, por várias vezes, se manifestou a respeito da ilegalidade na fixação de prazos exíguos para que as empresas interessadas possam se preparar para um certame, dada a sua complexidade e extensão.

Nesse sentido:

18. O perfeito dimensionamento do prazo concedido pela condutora do processo licitatório para apresentação das propostas pelas licitantes, a partir do aviso de abertura do certame, é de fundamental importância para as empresas interessadas na participação da licitação na medida em que essas licitantes necessitam de prazo razoável para apresentarem seus documentos de habilitação e prepararem suas propostas comerciais.

19. A exiguidade de prazo para apresentação das propostas poderá representar uma afronta aos princípios da razoabilidade e competitividade, restringindo por certo o necessário caráter competitivo da licitação. Além disso, assegurar um prazo razoável entre a data de publicação do aviso do pregão e a apresentação das propostas pelas licitantes é uma forma de garantir a observância do princípio da isonomia entre as empresas participantes do certame licitatório, como nos ensina Marçal Justen Filho:

O prazo mínimo, que deve mediar entre a divulgação do aviso e a data de comparecimento dos interessados (para entrega das propostas ou participação no evento), destina-se a permitir que os eventuais interessados avaliem a conveniência de sua participação no certame, obtenham as informações necessárias e elaborem as suas propostas (...)

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. (Ed. São Paulo: Dialética, 2008, p. 242).

(Ata nº 44/2014 – Plenário, Data da Sessão: 5/11/2014 – Ordinária, TCU, AC-3037-44/14-P)

Também o Acórdão Nº 694/2014, do Plenário do TCU:

12.15. Assim, em razão da complexidade da licitação e do volume de recursos envolvidos, seria mais prudente ter-se conferido prazo mais razoável para que os participantes não incorressem em erros tão banais (falta de preenchimento de planilhas, ou preenchimento incorreto) e perdessem a oportunidade de se classificarem com propostas bem mais vantajosas para a UFJF. **Afinal, o art. 17, § 4º, do Decreto 5.450/2005 e inciso V do art. 4º da Lei 10.520/2002 estipulam que o prazo fixado para a apresentação das propostas dos licitantes não deve ser inferior a oito dias úteis, podendo ser bem maior, no interesse de uma licitação mais eficiente, eficaz, e que seja vantajosa para a administração pública.**

...

9.3.3. **o prazo para apresentação das propostas, que não deve ser inferior a oito dias úteis (art. 4º, inciso V, da Lei nº 10.520/2002), deve ser compatível com a quantidade e complexidade das informações a serem fornecidas pelas licitantes;**

(ACÓRDÃO Nº 694/2014, TCU, Plenário, TC 021.404/2013-5)

Por derradeiro e suficiente:

O interregno de oito dias entre a publicação do edital (11/10/2010) e a sessão do pregão (25/10/2010), embora tenha atendido ao mínimo estabelecido pela legislação, não é proporcional à complexidade do instrumento convocatório. Algumas das falhas encontradas nessa licitação poderiam ser corrigidas simplesmente pelo alargamento do período de publicação, já que haveria tempo de os possíveis concorrentes analisarem detidamente a documentação do certame e formularem seus pedidos de esclarecimento. Muito provavelmente, a própria Telebrás teria republicado o edital, corrigindo as divergências e omissões encontradas pela equipe de auditoria.

A prorrogação da sessão do pregão também poderia atrair mais licitantes, pois não há dúvida de que o simples decorrer do tempo promove a publicidade de um edital. Não é por outra razão que a Lei de Licitações prevê prazos mais dilatados para as concorrências.

...

Antes mesmo do lançamento do edital, já havia pressa. Como se viu, uma empresa que foi consultada na cotação de preços afirmou expressamente que não teve tempo de cotar todos os itens. A Telebrás não só não estendeu o prazo da pesquisa de mercado como lançou o edital a partir de estimativa na qual metade dos itens foi avaliada com base em duas ou menos cotações de preço.

Agrava esse fato a constatação de que, em muitos casos, as duas cotações eram bastante díspares.

...

9.7.1. não se limite ao prazo mínimo de publicidade previsto para a modalidade pregão quando a complexidade e o volume de recursos

envolvidos assim exigirem, adotando como referência os prazos previstos na Lei de Licitações (30 dias);

(ACÓRDÃO Nº 1339/2011 – TCU – Plenário)

Temos assim, que **o prazo fixado para a sessão inaugural do certame é exíguo, ante a complexidade e extensão do próprio instrumento convocatório**, pelo que se impõe a suspensão do certame e sua posterior republicação, a fim de atender aos Princípios da Ampla Competitividade, da Economicidade, da Proporcionalidade e de outros que lhes são correlatos.

Ademais, tem-se que o **Princípio Constitucional da Isonomia** também se vê inobservado, uma vez que as empresas convidadas a apresentar cotações (portanto com acesso antecipado ao Termo de Referência), tiveram entre 5 e 7 meses para se prepararem para este certame (considerando-se as datas das cotações apresentadas), enquanto várias outras empresas - mesmo que tradicionais e renomadas fabricantes dos produtos licitados -, não receberam tal pedido de cotação (e o respectivo Termo de Referência) e, assim, tiveram apenas e tão somente **06 (seis) dias úteis** de prazo para o estudo do edital, o cálculo da formação de preços, a preparação da proposta comercial e a obtenção dos diversos documentos de habilitação exigidos.

4. DO PEDIDO

Ex positis, requer-se o acatamento ao presente Pedido de Impugnação ao edital do Pregão Eletrônico n 13/2023, de forma que esse instrumento convocatório seja republicado, ante a ilegalidade de lapso temporal entre sua publicação e sua sessão inaugural inferior aos 08 (oito) dias úteis determinados pelo inciso V, art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

Requer-se ainda seja esse edital, quando de sua republicação, corrigido, no sentido de que estabeleça um prazo maior de que 08 (oito) dias úteis entre a sua republicação e sua sessão inaugural, a fim de que seja o Princípio Constitucional da Isonomia rigorosamente obedecido, assim como os princípios da Ampla



Competitividade, da Legalidade, da Razoabilidade, da Proporcionalidade, da Economicidade e da Eficiência, princípios esses garantidores da obtenção da proposta mais vantajosa para essa Administração.

Atenciosamente,

JOSÉ LUIZ BOANOVA FILHO

OAB/DF 43.605